

# PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/1967</b>	<b>3003/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DPO - DP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O documento em anexo constitui o Relatório de Avaliação e Controlo (RAC) referente ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga publicado em 2015. De acordo com o Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), remete-se a Reunião de Câmara para deliberação. Nos termos do n.º 3 do referido Decreto-lei, o documento deverá ser remetido à Agência Portuguesa do Ambiente para conhecimento.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



# Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Braga

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO

Janeiro 2025

### **Coordenação:**

Inês Calor, Arquiteta (Chefe de Divisão de Planeamento)

### **Elaboração:**

Luís Raimundo, Arquiteto

Filipa Leite, Geógrafa

Nelson Silva, Assistente Técnico

Ana Paula Araújo, Geógrafa

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AFN	Autoridade Florestal Nacional
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CMB	Câmara Municipal de Braga
DA	Declaração Ambiental
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
GEE	Gases com Efeito de Estufa
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMB	Plano Diretor Municipal de Braga
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME	Plano Municipal de Emergência
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats
TI	Transporte Individual
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

## 1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal e um instrumento da política de ambiente cuja obrigatoriedade de aplicação decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), o qual consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

A Avaliação Ambiental Estratégica visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

O presente documento pretende constituir-se como o **Relatório de Avaliação e Controlo (RAC)** referente ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª Revisão do **Plano Diretor Municipal de Braga publicado em 2015**.

Este relatório enquadra-se na última fase do procedimento, procedendo à avaliação e controlo dos efeitos do Plano, durante a vigência deste. De acordo com o artigo 11º, do regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas, a Câmara Municipal é responsável por avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental. Esta monitorização deverá ser efetuada anualmente e divulgados os resultados através dos meios eletrónicos, e ser remetida para a Agência Portuguesa do Ambiente.

Em Portugal, a monitorização da AAE é ainda uma atividade sobre a qual existe pouca experiência, levando a que a elaboração dos relatórios de avaliação e controlo não tenha tido a periodicidade prevista (anual). Assim, no sentido de colmatar essa lacuna, pretende-se neste documento explanar os resultados referentes ao período entre 2016 (ano seguinte à aprovação da 2ª revisão do PDM) e 2023, correspondente ao ano completo mais atual da vigência do referido Plano.

## 2. OBJETIVOS

Com o presente RAC pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos da implementação da 2ª Revisão do PDM de Braga e verificar a adoção das medidas de controlo constantes na Declaração Ambiental emitida no âmbito desse procedimento.

## 3. A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DA 2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA

O objeto de avaliação em análise consistiu na 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga. Este instrumento de gestão territorial foi publicado pelo Aviso n.º 11741/2015, Diário da República n.º 201, 2ª Série de 2015-10-14, tendo posteriormente sido alvo das seguintes atualizações:

- *Artigo 24.º-A - Regularizações no âmbito do RERA* (Aviso n.º 359/2019 no Diário da República n.º 4/2019, Série II de 2019-01-07);
- *Artigo 38.º - Regras de gestão nos espaços florestais, n.º 4 e n.º 5* (Aviso n.º 6158/2019, publicado no Diário da República n.º 67/2019, Série II de 2019-04-04);
- *Artigo 66.º - Identificação e regime de edificabilidade, n.º 6* (Aviso (extrato) n.º 14628/2021, publicado no Diário da República n.º 150/2021, Série II de 2021-08-04);
- *Artigo 110.º - Objetivos, Programa e Execução das UOPG's, 1.9- UOPG 9 - Parque de Sete Fontes e Envolvente* (Aviso (extrato) n.º 14628/2021, publicado no Diário da República n.º 150/2021, Série II de 2021-08-04).

Nenhum dos procedimentos de alteração acima referidos foi alvo de avaliação ambiental, por se considerar que não teriam efeitos significativos no ambiente.

Do procedimento de avaliação ambiental resultou a emissão da Declaração Ambiental, que contém o conjunto de indicadores a considerar na fase de seguimento bem como as medidas definidas com o objetivo de eliminar ou, tanto quanto possível, reduzir os efeitos resultantes da implementação do plano.

### 3.1 A DECLARAÇÃO AMBIENTAL

O procedimento de avaliação ambiental, foco do RAC, culminou com a emissão da Declaração Ambiental, com data de setembro de 2015, e possuiu os conteúdos previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), refletindo o conteúdo constante das subalíneas i), ii), iii), iv) e v) da alínea b) do número 1, onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental.

Para esta fase em particular interessa conhecer o quadro de avaliação a utilizar na monitorização e que integra o conjunto de indicadores, bem como as medidas de controlo previstas, estruturadas em função do FCD e critérios estabelecidos no Relatório Ambiental.

A par do processo de revisão do PDM procedeu-se à elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica, doravante designada por AAE, onde se estabeleceu a metodologia de monitorização do PDM com a definição dos indicadores que permitem monitorizar o grau de execução/implementação das estratégias estabelecidas.

O processo de revisão do PDM foi desenvolvido com base em quatro domínios estratégicos, que preveem a materialização de objetivos específicos:

1. “Braga, um município onde queremos viver”
2. “Braga, um concelho que queremos visitar”
3. “Braga, um território para investir”
4. “Braga, rumo à centralidade ibérica”

O processo de AAE do PDM de Braga foi desenvolvido pela mesma equipa que efetuou a revisão do PDM, apresentando as propostas de qualificação do solo, tendo simultaneamente avaliado e definido as bases orientadoras do processo de avaliação e monitorização do PDM, tanto na fase de proposta como na avaliação da execução futura.

O primeiro exercício teve lugar no Município de Braga, com alguma inexperiência e, concomitantemente, ambição na implementação do SIG interno que viria a dar apoio à monitorização, onde a equipa definiu um extenso conjunto de indicadores (150) de avaliação e monitorização.

Face à dificuldade sentida na obtenção de dados, no âmbito do 1.º Relatório de Estado de Ordenamento do Território, datado de 2018, entendeu-se proceder à adaptação do processo de monitorização, mantendo os domínios e os objetivos estratégicos e *reduzindo os indicadores para um conjunto mensurável (39) agrupados em cinco Fatores Críticos para a Decisão (FCD)*, que se sumarizam nos pontos seguintes.

## **I. Fator Crítico de Decisão: GOVERNANÇA**

A governança de uma instituição municipal reflete o modo como é exercido o seu poder administrativo, centrando-se na sua capacidade de planeamento, organização e tomada de decisão, entre outros aspetos.

1. Governança	Descrição
	Este FCD pretende evidenciar o contributo do PDMB na conquista de uma melhor governança de acordo com os 5 princípios do livro Branco da EU sobre Governança Europeia: Abertura, Participação, Responsabilização, Eficácia e Coerência. A governança de uma instituição municipal reflete o modo como é exercido o seu poder administrativo, centrando-se na sua capacidade de planeamento, organização e tomada de decisão.
	Critérios
	Stakeholders; Participação; Formação e Sensibilização

Fonte: Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2018

## II. Fator Crítico de Decisão: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O ordenamento do território constitui um instrumento de gestão da interação homem – território, abrangendo questões como o planeamento da ocupação urbana, valorização das infraestruturas existentes, preservação do solo e dos valores paisagísticos e culturais existentes.

2. Ordenamento do território	Descrição
	Sendo o PDM um instrumento de gestão da interação homem/território, de planeamento das ocupações, valorização das infraestruturas existentes e preservação do solo como recurso limitado, definiu-se este FCD como o fator chave para a prossecução de um melhor ordenamento do território seguindo os princípios gerais da lei de bases do Ordenamento do território.
	Critérios
	Consolidação do espaço urbano; Valorização do setor primário.

Fonte: Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2018

## III. Fator Crítico de Decisão: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

O desenvolvimento socioeconómico centra-se numa evolução integrada da componente social e económica de uma região, através de uma relação estratégica que permita uma melhoria da conjuntura económica e do padrão de vida populacional.

3. Desenvolvimento socioeconómico	Descrição
	Pela importância e visão prospetiva da evolução dos usos e das necessidades da população, de forma a fomentar o emprego e contribuir para um aumento do PIB concelhio, traduzindo-se numa melhor qualidade de vida e bem-estar das populações.
	Critérios
	Empregabilidade; Atratividade turística

Fonte: Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2018

#### IV. Fator Crítico de Decisão: PATRIMÓNIO, RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE

A paisagem e o património cultural de uma região são elementos cruciais para a definição da sua identidade. Deste modo, é essencial que se proceda à sua proteção e revitalização, adotando medidas que salvaguardem a sua sustentabilidade.

<b>4. Património, Recursos Naturais e Ambiente</b>	<b>Descrição</b>
	Considerou-se este FCD dado que o PDM é um instrumento de proteção, preservação e valorização do património histórico-cultural que estabelece medidas de promoção da continuidade espacial e conectividade entre áreas com interesse conservacionista.
	<b>Critérios</b>
	Ações de intervenção e valorização do Centro Histórico e do Património; Qualidade ambiental

Fonte: Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2018

#### V. Fator Crítico de Decisão: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

<b>5. Mobilidade e Acessibilidade</b>	<b>Descrição</b>
	Considerando que o PDM é um instrumento de promoção de políticas de mobilidade urbana sustentável e acessibilidade é fundamental a promoção da utilização de modos de transporte ativos e transportes coletivos em alternativa à utilização do automóvel.
	<b>Critérios</b>
	Infraestruturas; Transporte Público

Fonte: Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2018

Após a aprovação do relatório dos FCD (1ª fase do processo de AAE, Definição do âmbito) ocorreram várias alterações externas ao planeamento, nomeadamente a alteração do contexto económico atual e da dinâmica populacional e urbanística. Assim, foi necessário efetuar diversos ajustes quanto às questões estratégicas e quanto aos critérios e indicadores definidos no processo de avaliação dos FCD.

A metodologia adotada nesta fase, em que se procede à avaliação da preponderância dos diversos fatores críticos no processo de Revisão do PDMB, iniciou-se com a definição dos objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores de processo para cada um. Posteriormente, procedeu-se à descrição dos critérios e objetivos definidos, onde se abordaram as questões fundamentais verificadas no território no que concerne a cada fator crítico. Esta análise permitiu identificar as forças e fraquezas existentes, permitindo reconhecer oportunidades e ameaças. Pretende-se



realçar as oportunidades, bem como minimizar as ameaças, aumentando desta forma o potencial da proposta de revisão do PDMB.

Os quadros seguintes apresentam a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para os fatores críticos.

**Quadro 1:** Indicadores do processo para o FCD Governança

FCD	Critérios	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
<b>I - Governança</b>	Stakeholders	Nº de reuniões com stakeholders, ONG, privados	Nº	CMB/ Vereação Urbanismo
	Participação	Nº de Participações (e-mail, site, etc.)	Nº	CMB/ DPRRU
	Formação e sensibilização	Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização	Nº	CMB/ DPRRU

**Quadro 2:** Indicadores do processo para o FCD Ordenamento do Território

FCD	Critérios	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
<b>II - Ordenamento do território</b>	Consolidação do espaço urbano	Nº de licenças emitidas para reabilitação	Nº	CMB/ DGU
		Nº de licenças emitidas para novas construções	Nº	CMB/ DGU
	Valorização do setor primário	Nº de ativos no setor primário	Nº	INE
		Nº de empresas no setor primário	Nº	INE
		Ações de reflorestação/rearborização	Nº	CMB/ICNF
		Nº de explorações pecuária	Nº	CAVAGRI
		Nº de Projetos de investimento no setor agrícola	Nº	DRAPN

**Quadro 3:** Indicadores do processo para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico

FCD	Critérios	Indicadores do processo		Unidade Medida	Fonte
<b>III - Desenvolvimento Sócio -Económico</b>	Empregabilidade	Variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor	Primário	M€	INE/PORDATA
			Secundário		INE/PORDATA
			Terciário		INE/PORDATA
		Taxa de ocupação das zonas industriais		%	CMB
		População empregada por setor	Primário	Nº	Ministério da Economia e Mar (Gabinete de Estratégia e Estudos)
			Secundário		Ministério da Economia e Mar (Gabinete de Estratégia e Estudos)
			Terciário		Ministério da Economia e Mar (Gabinete de Estratégia e Estudos)
		Empresas por setor	Primário (Braga)	Nº	INE

			Secundário (Cávado)		INE	
			Terciário (Cávado)		INE	
	Atratividade turística	Nº de visitantes no Posto de Turismo			Nº	CMB
		Nº de dormidas no Parque de Campismo			Nº	CMB

**Quadro 4:** Indicadores do processo para o FCD Património, Recursos Naturais e Ambiente

FCD	Critérios	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
<b>IV - Património, Recursos Naturais e Ambiente</b>	Ações de intervenção e valorização do Centro histórico e do património imóvel	Recuperação e construção de imóveis / estudos e projetos executados	Nº	CMB / DMGT
		Renovação de espaços urbanos / projetos executados	Nº	CMB / DMGT
		Acompanhamento de obras	Nº	CMB / DMGT
		Apoio e acompanhamento técnico	Nº	CMB / DMGT
		Ações de salvaguarda do património arqueológico	Nº	CMB / DMGT
		Ações de sensibilização e divulgação do património	Nº	CMB / DMGT
	Qualidade ambiental	Qualidade da água - Rio Este	E.coli – 1800 / Enterococcus - 600	Agere
		Qualidade da água – Rio Cávado	E.coli – 1800 / Enterococcus - 600	Agere
		Qualidade do ar	Nº	APA
		Ruído ambiental	Nº	CMB

**Quadro 5:** Indicadores do processo para o FCD Mobilidade e acessibilidade

FCD	Critérios	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
<b>V - Mobilidade e acessibilidade</b>	Infraestruturas	Densidade da rede rodoviária	%	CMB/ DPRRU/DTM
		Extensão da rede rodoviária	Km	CMB/ DPRRU/DTM
		Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas	%	CMB/ DPRRU/DTM
		Estacionamento pago à superfície	Nº	CMB/ DPRRU/DTM
		Estacionamento gratuito à superfície	Nº	CMB/ DPRRU/DTM
		Extensão de vias cicláveis e pedonais	Km	CMB/ DPRRU/DTM
		Estacionamento para bicicletas existente	Nº	CMB/ DPRRU/DTM
	Transporte público	Estimativa de população servida	Nº	CMB/ DTM
		Circuitos de transporte público	Nº	CMB/ DTM
		Extensão de corredores dedicados para transporte público	Km	CMB/ DTM/TUB
		Passageiros em transporte público	Nº	CMB/ DTM/TUB
		Interfaces de transporte coletivo	Nº	CMB/ DTM/TUB
		Veículos da TUB	Nº	CMB/ DTM/TUB

#### 4. MEDIDAS DE CONTROLO

Conforme disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, compete às entidades responsáveis pela elaboração do plano ou programa avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação e execução, procurando assim identificar e prevenir atempadamente os impactes negativos.

É através da avaliação de indicadores previamente estabelecidos que é possível aferir o grau de concretização dos objetivos estratégicos.

Na seguinte tabela apresentam-se os FCD selecionados para efetuar a avaliação da AAE, onde constam os indicadores de monitorização e respetivas unidades de medida, para o período temporal entre 2015 e 2023 (anos referentes ao período de execução do PDM 2015). Estes indicadores incorporam os valores apresentados no Relatório de Ordenamento do Território de 2018, para os anos de 2015 a 2017.

**Tabela resumo – Fatores Críticos para a Decisão (FCD), com os indicadores de Monitorização**

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores de monitorização		Unidade e Medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Fonte
I - Governança	Stakeholders	Nº de reuniões com stakeholders, ONG, privados		Nº	192	284	155	s/d	s/d	426	244	174	317	CMB/ Vereação Urbanismo
	Participação	Nº de Participações (e-mail, site, etc.)		Nº	11	25	21	475	86	1	0	126	8	CMB/ DPRRU
	Formação e sensibilização	Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização		Nº	0	25	13	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	21	CMB/ DPRRU
II - Ordenamento do território	Consolidação do espaço urbano	Nº de licenças emitidas para reabilitação		Nº	69	130	s/d	s/d	s/d	64	126	64	53	CMB/ DGU
		Nº de licenças emitidas para novas construções		Nº	163	241	s/d	s/d	s/d	503	607	626	533	CMB/ DGU
	Valorização do setor primário	Nº de ativos no setor primário		Nº	728	758	770	s/d	760	749	742	714	728	INE
		Nº de empresas no setor primário		Nº	598	617	640	657	647	642	638	624	602	INE
		Ações de reflorestação/rearborização		Nº	6	4	4	s/d	s/d	s/d	s/d	7	0	CMB/ICNF
		Nº de explorações pecuária		Nº	469	s/d	480	s/d	667	s/d	s/d	s/d	s/d	CAVAGRI
		Nº de Projetos de investimento no setor agrícola		Nº	s/d	14	8	7	9	10	14	12	37	CCDR Norte (Agricultura)
III - Desenvolvimento Sócio - Económico	Empregabilidade de	Variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor	Primário	M€	1 277,0	4 203,0	4 492,0	3 482,0	s/d	7 156,0	6 909,0	8 993,0	s/d	INE/PORDATA
			Secundário		492 496,00	555 470,00	629 052,00	690 801,00	804 078,00	762 708,00	881 698,00	965 607,00	s/d	INE/PORDATA
			Terciário		700 890,00	785 134,00	908 723,00	982 721,00	1 123 950,00	940 207,00	1 079 313,00	1 302 513,00	s/d	INE/PORDATA
		Taxa de ocupação das zonas industriais		%	70	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	CMB
		População empregada por setor		Primário	Nº	1409	1504	1525	1568	1434	1568	s/d	s/d	s/d

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores de monitorização		Unidad e Medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Fonte
		(trabalhadores por conta de outrem)	Secundário		105606	110714	114314	116767	113598	109663	s/d	s/d	s/d	Ministério da Economia e Mar (Gabinete de Estratégia e Estudos)
			Terciário		80883	84174	86901	91225	91418	89681	s/d	s/d	s/d	Ministério da Economia e Mar (Gabinete de Estratégia e Estudos)
		Empresas por setor	Primário	Nº	598	617	640	657	647	642	638	624	602	INE
			Secundário		2566	2604	2661	2799	2937	2979	3109	3233	3347	INE
			Terciário		16219	16755	17527	18373	19310	19323	20282	21960	23550	INE
	Atratividade turística	Nº de visitantes no Posto de Turismo		Nº	212553	268476	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	91879	CMB
		Nº de dormidas no Parque de Campismo		Nº	11693	16385	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	24471	26544	CMB
IV - Património, Recursos Naturais e Ambiente	Ações de intervenção e valorização do Centro histórico e do património imóvel	Recuperação e construção de imóveis / estudos e projetos executados		Nº	9	7	s/d	3	5	7	11	5	3	CMB / DMGT
		Renovação de espaços urbanos / projetos executados		Nº	6	8	s/d	3	4	4	2	4	6	CMB / DMGT
		Acompanhamento de obras		Nº	9	6	s/d	9	3	51	2	1	2	CMB / DMGT
		Apoio e acompanhamento técnico		Nº	5	4	s/d	30	29	23	30	6	2	CMB / DMGT
		Ações de salvaguarda do património arqueológico		Nº	20	17	s/d	7	77	50	98	98	118	CMB / DMGT
		Ações de sensibilização e divulgação do património		Nº	18	22	s/d	20	261	16	12	20	47	CMB / DMGT
	Qualidade ambiental	Qualidade da água - Rio Este		E.coli – 1800	657	3744	3684	4773	4809	2607	3514	65450	3055	CMB/Divisão Ambiente
				Enterococcus - 600	208	3048	2408	2819	3107	1728	2365	1371	522	CMB/Divisão Ambiente
		Qualidade da água – Rio Cávado		E.coli – 1800	83	483	337	251	s/d	80	64	24	161	Aguarda CMB/Divisão Ambiente

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores de monitorização		Unidad e Medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Fonte
				Enterococcus - 600	25	374	606	87	s/d	15	6	18	19,56	Aguarda CMB/Divisão Ambiente
		Qualidade do ar	Muito bom	Nº	4	4	3	3	2	1	3	2	2	APA
			Bom	Nº	1	1	1	1	1	0	0	1	2	APA
			Médio	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	APA
			Fraco	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	APA
			Mau	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	APA
		Ruído ambiental		Nº	Não é possível obter um valor único uma vez que o tema abordado e as áreas são demasiado heterogéneas e dispersas.									-
V - Mobilidade e acessibilidade	Infraestruturas	Densidade da rede rodoviária		%	5,76	s/d	5,81	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	CMB/ DPRRU/DTM
		Extensão da rede rodoviária		Km	1270,67	s/d	1272,92	s/d	s/d	s/d	s/d	1448,48	1449,20	CMB/ DPRRU/DTM
		Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas		%	0	s/d	1,7	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	CMB/ DPRRU/DTM
		Estacionamento pago à superfície		Nº	s/d	s/d	2320	s/d	2080	1940	1959	2143	2117	CMB/ DPRRU/DTM
		Estacionamento gratuito à superfície		Nº	25008	s/d	25008	26739	26740	26741	26742	26743	26744	CMB/ DPRRU/DTM
		Extensão de vias cicláveis e pedonais		Km	7,97	s/d	9,23	s/d	s/d	s/d	s/d	13,50	16,43	CMB/ DPRRU/DTM
		Estacionamento para bicicletas existente		Nº	89	s/d	227	25	25	26	48	48	48	CMB/ DPRRU/DTM
	Transporte público	Estimativa de população servida		Nº	s/d	176401	s/d	189000	190000	191494	193324	192494	201583	CCTB
		Circuitos de transporte público		Nº	72	73	74	74	74	74	74	74	75	CMB/DTM
		Extensão de corredores dedicados para transporte público		Km	0,5	1,0	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	1,39	1,39	CMB/DTM/TUB
		Passageiros em transporte público		Nº	10 796 640	11 168 196	s/d	11 936 889	12 413 299	6 961 913	8 226 764	11 201 603	12 742 024	CMB/DTM/TUB
		Interfaces de transporte coletivo		Nº	1794	1816	1825	1873	1861	1872	1894	1894	1904	CCTB
		Veículos da TUB		Nº	163	152	148	147	136	135	158	143	162	CMB/DTM/TUB

## 5. RESULTADOS DA MONITORIZAÇÃO

Apesar do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, prever uma periodicidade anual de divulgação dos resultados da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do Plano, esta fase do procedimento não foi levada a cabo pela maioria das entidades que desenvolveram processos de AAE. Isto deveu-se principalmente à falta de maturidade na execução destes procedimentos que, gradualmente, se vão integrando nos processos de planeamento como uma boa prática para resultados mais sustentáveis.

No caso do Município de Braga, e conforme já referido foi elaborado o Relatório do Estado do Ordenamento do Território, em 2018, mas não foi efetuado acompanhamento anual do plano nos anos seguintes. Pretende o presente relatório colmatar essa lacuna, apresentando os resultados do período 2015-2023 para cada um dos indicadores.

### **Nº de reuniões com stakeholders, ONG, privados:**

- A evolução do número de reuniões ao longo dos anos em análise registou oscilações consideráveis, observando-se valores superiores a 200 reuniões nos anos de 2016, 2020, 2021 e 2023, sendo de destacar os anos 2020 e 2023.

Neste sentido, em 2020 realizaram-se 426 reuniões, motivadas por uma fase crítica na determinação da estratégia da revisão do PDM.

Em 2023, foram realizadas 317 reuniões, que decorreram de reuniões com entidades externas, juntas de freguesias, agentes locais e atendimentos aos munícipes. Por outro lado, o desenvolvimento do Plano de Urbanização das Sete Fontes e a delimitação das Unidades de Execução previstas no PDM, implicou também maior envolvimento dos proprietários.

Em 2017 foi registado o menor número de reuniões com *stakeholders*, ONG e privados (155 reuniões).

### **Nº de Participações (e-mail, site, etc.):**

No que concerne ao número de participações recebidas, no período compreendido entre 2015 e 2017 existe o registo de um reduzido número de participações ( $\leq 25$  participações/ano). O menor número verificou-se em 2015 (seque a publicação do plano), 2020 e 2021 provavelmente relacionado com a pandemia e perspetiva de adiamento do processo da 3ª revisão do Plano.

Por sua vez, em 2018 registou-se o maior número de participações com 475 registos, seguindo-se o ano de 2022 (126 participações) e de 2019 (86 participações).

**Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização:**

No que concerne ao número de participações dos técnicos em ações de formação e sensibilização, salienta-se que cada técnico participa, pelo menos, numa ação de formação por ano. No ano de 2016 foram realizadas 25 formações e em 2023, 21 formações, não tendo sido possível apurar os valores para os demais anos.

**Nº de licenças emitidas para reabilitação:**

- Sendo a reabilitação urbana uma das prioridades do Município de Braga plasmada no PDM de 2015, no ano seguinte verifica-se um aumento significativo de emissão de licenças para reabilitação, correspondendo ao valor máximo registado no horizonte temporal em análise, com 130 licenças.

Em 2021 também se registou um valor considerável de licenças emitidas para reabilitação, tendo sido emitidas 126 licenças, podendo estar relacionado com a implementação de programas e incentivos financeiros para a reabilitação urbana, como o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020 (IFRRU), que ganhou maior destaque nesse ano.

Por sua vez, em 2023, verificou-se o menor número de licenças emitidas para este efeito, com a emissão de 53 licenças.

**Nº de licenças emitidas para novas construções:**

- No que respeita ao número de licenças emitidas para novas construções, os efeitos da crise no País e no setor da construção civil foram sentidos com maior intensidade no período de 2011-2015, traduzindo-se numa diminuição de licenças emitidas para novas construções. Neste sentido, tendo em conta o horizonte temporal considerado, em 2015 registou-se o menor número de licenças emitidas para este efeito, com a emissão de 163 licenças.

A partir de 2016 verificou-se uma retoma na atividade, correspondendo a um aumento de cerca de 48% em relação ao ano anterior, podendo ainda representar um reflexo da publicação do PDM 2015.

Por conseguinte, em 2022 verificou-se um aumento exponencial de licenças emitidas para novas construções (626 licenças), correspondendo ao valor máximo registado.

**Nº de ativos no setor primário:**

- Relativamente ao número de ativos existentes no setor primário, apenas foi possível aceder à informação disponibilizada no sítio do INE, sendo os mesmos referentes ao



Sistema de contas integradas das empresas. No entanto, considera-se importante a manutenção deste indicador no processo de monitorização do PDM em vigor e nas seguintes revisões, para avaliar a efetiva valorização da atividade no setor primário.

Neste sentido, considerando o período compreendido entre 2015 e 2023, de referir que em 2018 existiam 770 ativos neste setor, correspondendo ao valor máximo verificado. O valor mínimo de ativos no setor primário constatou-se em 2023, com 714 ativos, representado um decréscimo de 7,3% relativamente a 2018.

#### **Nº de empresas no setor primário:**

- No que respeita ao número de empresas integradas no setor primário, observa-se um aumento até 2018, onde foi registado o valor máximo constatado (657 empresas). Nos anos seguintes verificou-se uma ligeira diminuição desse número, tendo em 2023 reduzido para 602 empresas.

Não obstante, com o aumento de empresas relativamente a 2015, e consequente aumento de ativos neste setor de atividade, constata-se o aumento do registo e licenciamento de novas empresas no setor primário.

#### **Ações de reflorestação/rearborização:**

- Concernente às ações de reflorestação/rearborização, de referir que em 2022 foram realizadas 7 ações para este efeito, valor máximo registado no horizonte temporal considerado. Em 2023 não foram concretizadas quaisquer ações de reflorestação/rearborização.

Os valores apresentados referem-se às ações de reflorestação cujo parecer foi solicitado à CMB pelo ICNF. Estas ações correspondem essencialmente às faixas de gestão de combustíveis da REN (Rede Elétrica Nacional), onde se tem observado nos últimos anos uma recorrência a espécies de folhosas autóctones. Os projetos privados no setor florestal correspondem essencialmente a plantações de espécies de crescimento rápido, nomeadamente o *eucalyptus globulus*.

#### **Nº de explorações pecuárias:**

- No que respeita ao número de explorações pecuárias, salienta-se que apenas se detém um registo um reduzido sobre o indicador, que se refere aos dados fornecidos pela CAVAGRI – Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l. e incidem nos anos 2015, 2017 e 2019.

Neste sentido, em 2015 existiam 469 explorações pecuárias em atividade, valor mínimo registado. Em 2019 se verificou um aumento de 42,2%, correspondente a 667 explorações pecuárias.

Este valor engloba a totalidade de explorações existentes na superfície concelhia (tanto de detenção caseira como as que representam uma atividade económica), traduzindo-se numa atividade económica relevante, com a geração de riqueza e postos de trabalho consequentes.

### **Nº de Projetos de investimento no setor agrícola:**

- Quanto ao número de projetos de investimento no setor agrícola, de acordo com a informação cedida pela CCDR-N, o período em análise revela uma evolução não linear, com fases de declínio, estabilização e crescimento acentuado.

Desta forma, entre 2016 e 2018 verifica-se uma tendência decrescente, com uma diminuição contínua do número de projetos de investimento no setor agrícola, tendo atingido o valor mínimo (7 projetos) em 2018, o que pode refletir desafios no setor.

Em 2023 constata-se um aumento significativo relativo ao número de projetos de investimento no setor agrícola com 37 projetos, correspondendo este ao valor máximo registado.

### **Variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor:**

- A informação apresentada evidencia a evolução económica dos três setores de atividade, primário, secundário e terciário, no horizonte temporal entre 2015 a 2023, refletindo dinâmicas distintas e influências conjunturais específicas. Neste sentido, cada setor apresentou um crescimento global ao longo do tempo, com flutuações relacionadas com fatores estruturais e conjunturais, como crises económicas e a pandemia de COVID-19.

Neste sentido, é possível observar que, em todos os setores, o valor mínimo foi registado em 2015 e o valor máximo em 2022.

Por conseguinte, os setores primário, secundário e terciário revelaram uma tendência de crescimento consistente, particularmente no período pós-pandemia, com especial destaque para o aumento verificado em 2022, tendo nesse ano totalizado 8.993,0 M€, 965.607,0 M€ e 1.302.513,0 M€, respetivamente.

**Taxa de ocupação das zonas industriais:**

- Os valores possíveis de apurar quanto a este indicador reportam-se a um estudo efetuado com recurso a um levantamento de campo em 2015, que refletem uma taxa de ocupação na ordem dos 70%. Embora o ano de 2024 não se encontre no período temporal abrangido por este relatório, importa salientar o aumento da taxa de ocupação para 80% até este ano, transparecendo alguma escassez na oferta de áreas industriais no concelho.

**População empregada por setor:**

- Os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia e Mar (Gabinete de Estratégia e Estudos) apenas integram informação relativa ao período compreendido entre 2015 e 2020, pelo que a análise incide sobre esse horizonte temporal.

A população empregada por setor (trabalhadores por conta de outrem) revela tendências distintas entre os setores de atividade económica. O setor secundário concentra a maior parte da população empregada, seguido-se do setor terciário e, por último, o setor primário, com o menor número de trabalhadores.

Neste sentido, o setor primário apresentou oscilações ligeiras nesse período, tendo o valor mínimo ocorrido em 2015, com 1.409 trabalhadores, enquanto o máximo foi alcançado em 2018 e 2020, com 1.568 trabalhadores.

No que diz respeito ao setor secundário, observou-se um crescimento consistente de 2015 (105.606 trabalhadores) até atingir o valor máximo em 2018, com 116.767 trabalhadores. Nos anos posteriores, verificou-se uma ligeira redução, tendo a população empregada por conta de outrem diminuído para 109.663 trabalhadores em 2020, sendo este valor correspondente ao mínimo registado, podendo estar associado à crise económica resultante da pandemia.

À semelhança da evolução do setor secundário, o setor terciário também apresentou um crescimento coeso de 2015 (80.883 trabalhadores) até 2019, (91.418 trabalhadores), tendo atingido o seu acme nesse ano. Em 2020, verificou-se uma redução de 1,9% indicando um impacto moderado nos empregos devido à pandemia. Porém, este setor de atividade manteve uma posição de destaque no emprego global, refletindo a importância crescente dos serviços na economia.

**Empresas por setor:**

- A evolução do número de empresas, por setores de atividade, entre 2015 e 2023, evidencia tendências distintas. Contrariamente à dinâmica verificada no indicador anterior, existe um maior número de empresas afetas ao setor terciário, seguido do secundário, enquanto o setor primário representa uma relevância mais reduzida, embora também evidencie um impacto na economia municipal.

Desta forma, o setor primário apresenta uma evolução positiva desde 2015 até 2018, tendo atingido o valor máximo registado (657 empresas) e a partir desse ano verificou-se um declínio gradual da atividade, com uma redução de 8,4%, refletindo uma certa dificuldade de sustentabilidade.

O crescimento progressivo constatado no setor secundário reflete o aumento da industrialização e a resiliência do setor, mesmo em períodos de dificuldades económicas, tendo o seu valor mínimo sido registado em 2015, com 2.566 empresas e o valor máximo em 2023, com 3.347 empresas.

Tal como referido anteriormente, o setor terciário é o que detém maior destaque na economia municipal, tendo também um crescimento significativo ao longo do horizonte temporal analisado. Este crescimento constante demonstra a relevância crescente da atividade terciária (serviços) na estrutura económica, sendo impulsionado por avanços tecnológicos e mudanças nas dinâmicas de consumo.

#### **Nº de visitantes no Posto de Turismo:**

- No que concerne ao número de visitantes no posto de turismo, apenas foi possível apurar o registo das visitas ocorridas nos anos 2015, 2016 e 2023.

Em 2015 e 2016, observaram-se valores bastante elevados relativos às visitas, tendo sido superiores a 200.000 visitantes. Já em 2023, apesar de se ter evidenciado um decréscimo de 65,8% face a 2016, os registos recolhidos dizem respeito, apenas, ao 1.º semestre do ano em questão.

De referir, ainda, que o número de visitantes tem por tendência aumentar nos meses referentes à “Semana Santa”, época de Natal e de Verão.

#### **Nº de dormidas no Parque de Campismo:**

- Relativamente ao número de dormidas no Parque de Campismo, à semelhança do indicador anterior, destaca-se que apenas se teve acesso ao registo referente aos anos 2015, 2016, 2022 e 2023.

Neste sentido, considerando o horizonte temporal supra, é possível observar um aumento de 62,0% em 2023, comparativamente a 2016, podendo este ser resultado da crescente procura da cidade de Braga como destino turístico.

#### **Ações de intervenção e valorização do Centro Histórico e do património imóvel:**

- A Divisão do Centro Histórico Património e Arqueologia, integrada na Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), tendo por base as metas e objetivos definidos, executou um vasto conjunto de atividades, nos mais variados âmbitos, nomeadamente, intervenções na recuperação e construção de imóveis, renovação de espaços urbanos,

acompanhamento das obras e respetivo apoio técnico, juntamente com ações de salvaguarda, sensibilização e divulgação do património arqueológico.

Assim sendo, destaca-se o aumento das ações de salvaguarda do património desde 2018, e só em 2023, de entre outras ações, foram realizadas mais de 50 ações de fiscalização, aumentando efetivamente a preocupação em garantir a salvaguarda e preservação do património da cidade.

#### **Qualidade da água - Rio Este:**

- Os valores registados no rio Este a partir de 2016, inclusive, ultrapassaram largamente os valores limite definidos na legislação, quanto à presença de *E. coli* e *Enterococcus*, sendo muito difícil concretizar o objetivo pretendido para este rio.

Destaca-se, ainda, que em 2023, os valores relativos à presença de *Enterococcus* ficou dentro dos parâmetros de referência.

Apesar de estar assegurada, quase na totalidade, a ligação de todas as habitações à rede de saneamento, os valores indicam que poderão existir situações que permanecem ilegais.

Mais se refere que, sempre que é detetada alguma descarga ilegal são alertadas as autoridades.

#### **Qualidade da água – Rio Cávado:**

- Nos anos de 2016 e 2017 o programa de melhoria da qualidade da água teve como objetivo a classificação como água balnear as praias de Navarra e Merelim S. Paio. Nestes anos os valores de *E. coli* e *Enterococcus* registados mantiveram-se abaixo do valor definido na legislação e foi possível a classificação da Praia de Navarra.

Em 2017 os valores registados referem-se apenas ao programa de melhoria da qualidade da água de Merelim S. Paio, em que os valores de *Enterococcus* ultrapassam os valores máximos admissíveis.

Para além destas análises, foram ainda efetuadas análises à presença de salmonelas, sendo que em 2015 e 2016 os resultados foram negativos e em 2017 foram positivos.

Os maus resultados obtidos no ano de 2017 podem ter origem em vários fatores, nomeadamente, o facto de 2017 ter sido um ano pouco chuvoso provocando um caudal do rio menor, potencializa a concentração de material orgânico na água.

No entanto, a presença de coliformes fecais aponta para possíveis descargas para o curso de água.

Relativamente ao período compreendido entre 2019 e 2023, foi possível constatar que «os valores se situaram sempre dentro dos parâmetros de referência definidos na legislação».

**Qualidade do ar:**

No que respeita à informação relativa à qualidade do ar, a mesma foi recolhida da plataforma QUALAR da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo permitido constatar que, na sua generalidade a qualidade do ar no concelho de Braga é boa.

**Ruído ambiental:**

- Atualmente a medição do nível de ruído é realizada através de duas variáveis, uma localizada na zona central da cidade e outro na periferia. Deste modo não é possível obter um valor único para medição deste parâmetro, uma vez que as áreas são demasiado heterogéneas e dispersas.  
Não obstante, de referir que a carta de Ruído, incluída nos elementos que constituem a 3ª revisão do PDM, pode ser consultada para verificação dos níveis de ruído nas várias áreas do concelho.

**Densidade da rede rodoviária:**

- No que respeita à densidade da rede rodoviária, indicador que mede a ocupação efetiva do território destinado a infraestruturas rodoviárias, de salientar que apenas se conseguiu obter informação relativa aos anos 2015 e 2017.  
Assim, de referir que em 2015, cerca de 5,76% da superfície concelhia era ocupada por infraestruturas rodoviárias, enquanto em 2017 representava cerca de 5,81% do território, tendo-se verificado um aumento de 0,05 pontos percentuais.

**Extensão da rede rodoviária:**

- Desde a publicação do PDM em 2015 foram executados 2,25 km de infraestruturas rodoviárias. Apesar de não ser um valor muito significativo, este representa duas infraestruturas rodoviárias de extrema importância, sendo elas a ligação entre a Via do Alto da Vela e a Zona Industrial de Sobreposta e o 2.º troço da Variante do Cávado.  
Por conseguinte, a ligação entre a Via do Alto da Vela e a Zona Industrial de Sobreposta vem facilitar o acesso de veículos pesados, pois, antes da sua execução, obrigava a circulação no interior do perímetro de um aglomerado urbano com vista ao acesso às respetivas instalações industriais.  
Por sua vez, o 2º troço da Variante do Cávado serve como alternativa para aceder a zona norte do Concelho, tendo, por este motivo, impacto direto no tráfego existente relativo ao atravessamento da cidade, contribuindo assim para a sua diminuição.

**Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas:**

- Durante a vigência do PDM 2015 foram executadas 1,7% das infraestruturas rodoviárias previstas, tendo as mesmas sido contabilizadas em 2017, traduzindo-se num grau de execução reduzido.

Não obstante, o valor registado representa a execução de duas vias detentoras de carácter de extrema importância para o território, devido ao seu impacto positivo no tráfego automóvel.

**Estacionamento pago à superfície:**

- Concernente ao estacionamento pago à superfície no horizonte temporal considerado, de 2015 a 2023, apesar da ausência de informação para alguns anos, evidencia a ocorrência de variações quanto ao número de lugares disponíveis. Apresenta uma tendência de redução, particularmente significativa de 2017 para 2020, seguida de uma recuperação parcial nos anos subsequentes.

Neste sentido, em 2017, o número de lugares de estacionamento pago à superfície foi de 2.320 lugares, correspondendo ao valor máximo registado.

Contudo, nos anos seguintes evidenciou-se um decréscimo, atingindo o valor mínimo de 1.940 lugares em 2020.

Entre 2021 e 2023, verifica-se um aumento gradual da quantidade de estacionamento pago à superfície disponível, com 1.959 e 2.117 lugares, respetivamente.

Mais se refere que os valores apresentados apontam para uma gestão da mobilidade executada através do aumento do custo no uso do automóvel, de modo a tornar mais atrativa a utilização de outros modos de deslocação, nomeadamente, o transporte público e outros modos de deslocação suaves.

**Estacionamento gratuito à superfície:**

- Relativamente ao estacionamento gratuito à superfície, no período entre 2015 e 2023 constatou-se um crescimento constante do número de lugares disponíveis, refletindo um aumento contínuo na oferta de estacionamento gratuito.

Neste contexto, em 2015 e 2017 verificou-se a existência de 25.008 lugares de estacionamento gratuito à superfície, que se refere ao valor mínimo observado no horizonte temporal analisado.

A partir de 2018, ocorreu um crescimento gradual, atingindo valor máximo em 2023, com 26.744 lugares, indicando um planeamento cuidadoso com vista a resposta à crescente procura, mantendo uma oferta proporcional.

**Extensão de vias cicláveis e pedonais:**

- No que diz respeito à extensão de vias cicláveis e pedonais existentes no concelho, de referir que apenas se teve acesso à informação relativa aos anos 2015, 2017, 2022 e 2023. Não obstante, com base na análise desses valores foi possível constatar uma evolução gradual positiva, que totalizou 16,4 km em 2023 e representa um aumento de 106,1% face a 2015.

Assim, este crescimento significativo espelha o esforço do município na criação de infraestruturas que permitam a adoção de meios de transporte suaves, valorizando a prática desportiva e de lazer.

**Estacionamento para bicicletas existente:**

- Segundo os dados disponibilizados, verifica-se a existência de valores anormalmente altos para o ano de 2017. Uma vez que não foi possível verificar a informação e metodologia de contagem dos anos de 2015 e 2017, considera-se ser de relevar esta informação. Nos anos de 2018 e seguintes observa-se um ligeiro aumento do número de lugares de estacionamento de bicicletas, sendo estável desde 2021 (48 estacionamentos).

**Estimativa de população servida:**

- A população servida relaciona-se diretamente com a qualidade e eficiência do serviço. Neste sentido, de uma forma geral, verifica-se uma evolução positiva no período compreendido entre 2015 e 2023, com um crescimento contínuo, com 176.401 pessoas servidas em 2016 e 201.583 pessoas em 2023, representando um aumento de cerca de 14,3%.

Esta evolução indica um esforço contínuo de melhoria, bem como a ampliação da cobertura do transporte público, possivelmente relacionado com o aumento da população, assim como do aumento da procura pelos serviços de transporte coletivo.

**Circuitos de transporte público:**

- No que se refere à quantidade circuitos de transporte público existentes no concelho, verificou-se um crescimento ligeiro no período compreendido entre 2015 e 2023, tendo-se mantido sensivelmente constante.

Todavia, de destacar a criação de 2 novas linhas em 2017, cuja finalidade consistiu em abranger áreas com maior densidade populacional e dois polos comerciais com elevada atratividade, nomeadamente o *Shopping Nova Arcada* e o *E'leclerc*, que detêm uma frequência de 20 minutos.



**Extensão de corredores dedicados para transporte público:**

- No que concerne à extensão dos corredores dedicados ao transporte público existentes na superfície concelhia, importa salientar que apenas se teve acesso à informação relativa aos anos 2015, 2016, 2022 e 2023.

Não obstante, verifica-se um crescimento ligeiro, tendo o valor mínimo sido registado em 2015 com 0,5 km e o valor máximo em 2022 e 2023, ambos com 1,39 km, representando um aumento de 178,0%.

**Passageiros em transporte público:**

- Quanto ao número de passageiros em transporte público, no período de 2015 a 2023 evidenciou-se uma tendência geral de crescimento até 2019, seguida por uma queda acentuada em 2020, devido, possivelmente, ao impacto da pandemia, e após esse declínio, observou-se um aumento gradual,

Assim sendo, no horizonte temporal considerando, o valor mínimo registou-se em 2020 com 6.961.913 passageiros enquanto que o valor máximo foi registado em 2023 com 12.742.024 passageiros, correspondendo, por sua vez, a um aumento de 83,0%.

Este aumento deve-se, essencialmente, à atratividade do transporte público em comparação com o transporte individual (custo do uso do automóvel), resultante do número de circuitos e tarifas aplicadas.

**Interfaces de transporte coletivo:**

- No que diz respeito às interfaces de transporte coletivo, verifica-se uma tendência para o aumento gradual do número de interfaces. Em 2015, o número de interfaces contabiliza 1794, aumentando para valores acima dos 1800 nos anos seguintes. Em 2021 e 2022 aproxima-se das 1900 interfaces, sendo este valor ultrapassado em 2023.

**Veículos da TUB:**

- Relativamente à frota de veículos dos Transportes Urbanos de Braga (TUB), constatou-se oscilações significativas do número total de veículos, no período compreendido entre 2015 e 2023. Após uma redução constante entre 2015 e 2020, observou-se uma recuperação a partir de 2021, atingindo em 2023 um número próximo ao registado em 2015.

Neste contexto, o valor mínimo registado ocorreu em 2020, detendo 135 veículos para dar cumprimento aos circuitos de transporte definidos, enquanto que o valor máximo ocorreu em 2015 com 163 veículos.

Mais se refere que a diminuição registada entre 2015 e 2017 ocorreu devido ao abate de veículos em fim de vida.

Por último, destaca-se que no período em análise esteve em curso a aquisição de 31 autocarros elétricos, numa clara aposta na sustentabilidade da cidade e da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente documento procura efetuar a avaliação e controlo referente ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB).

Os indicadores que foram estabelecidos permitem aferir a evolução real do território de Braga e como evoluíram os objetivos de sustentabilidade definidos.

Nesse sentido, considera-se que têm vindo a ser assegurados todos os pressupostos definidos, sendo executados conforme as diretrizes previstas na legislação em vigor. Remete-se o presente Relatório à consideração da Câmara Municipal para aprovação segundo legislação em vigor e posterior encaminhamento para a respetiva entidade.